



JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça Federal

# 28ª Reunião do CGI



Brasília, 10 de março de 2022



1. Resultado do cumprimento do Plano Estratégico
2. Panorama dos projetos
3. Resultado PLS 2021-2022
4. Encaminhamentos das ações para adequação LGPD
5. Plano de integridade
6. Prêmio de sustentabilidade
7. Levantamento de ocupações críticas
8. Governança Institucional





1.

# Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

## MAPA ESTRATÉGICO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2021-2026

### MISSÃO:

Contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da gestão e da governança, da supervisão administrativa e orçamentária, e das atividades correicionais.

### VALORES:

Ética, Respeito à cidadania e ao ser humano, Desenvolvimento sustentável, Transparência, Qualidade, Proatividade, Profissionalismo e Inovação.

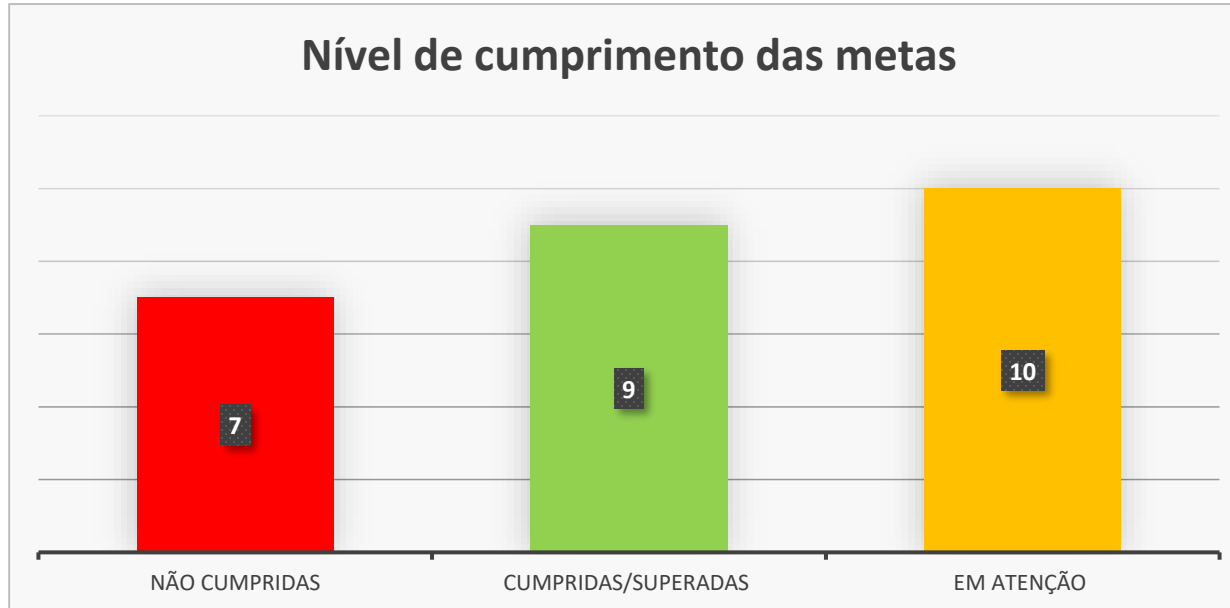
### VISÃO DE FUTURO:

Ser reconhecida como líder na supervisão, integração e desenvolvimento da Justiça Federal.





1.



## Percentual de cumprimento: 34,6%

Percentual de cumprimento	Cor
Até 49%	Red
50 a 99%	Yellow
100%	Green



1.

# Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 1 – Reduzir para 40 dias o tempo médio do trâmite dos processos da TNU	104,34%	Superada
Meta 2 – Atender 100% dos itens e-Gov de acessibilidade até 2026	25%	Não cumprida
Meta 3 – Posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência	92,9%	Em atenção
Meta 4 – Estabelecer anualmente, duas parcerias internacionais	150%	Superada
Meta 5 – Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais	300%	Superada
Meta 6 - Atingir, até 2026, mais 6 sistemas nacionais	100%	Cumprida
Meta 7 – Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas	0%	Não cumprida
Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026	0%	Não cumprida
Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 10 - Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a JF, até 2026	133,33%	Superada



1.

## Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 11 – Executar ações em 100% das demandas autuadas no âmbito da SCG até a primeira decisão/despacho lançada(o) por acordo de cooperação técnica nº 001/2018 entre o CNJ e o CJF	99,4%	Em atenção
Meta 12 – Executar 100% das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs	100%	Cumprida
Meta 13 – Manter-se no nível “Aprimorado” nas avaliações de governança	2022	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 14 – Manter-se no nível Aprimorado nas avaliações de governança de TI até 2026	79,4%	Em atenção
Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais	0%	Não cumprida
Meta 16 – Realizar, anualmente, 100% das auditorias previstas nos planos anuais, até 2026	60%	Em atenção
Meta 17 – Reduzir 50% no tempo de realização das auditorias até 2026		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 18 – Promover, pelo menos, um evento sobre auditoria interna (SAI) e, pelo menos, um evento sobre gestão de obras (SGO)	50%	Em atenção
Meta 19 – Integrar medidas de sustentabilidade, quando cabível, a 90% dos contratos analisados, até 2026	103,7%	Superada
Meta 20 – Cumprir 100% das metas do PLS	80%	Em atenção



1.

## Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 21 – Atingir, até 2026, institucionalização de 13 normativos de política de segurança da informação	0%	Não cumprida
Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade base em segurança da informação		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 23 – Atingir, até 2026, o nível 4 nos processos de gestão de vulnerabilidade	0%	Não cumprida
Meta 24 – Manter, em 2026, 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI	98,9%	Em atenção
Meta 25 – Atingir, em 2026, 12 inovações e modernizações tecnológicas implementadas aos usuários	200%	Superada
Meta 26 – Capacitar, anualmente, 80% dos servidores do CJF em pelo menos uma ação educacional	115,2%	Superada
Meta 27 – Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial	32,5%	Não cumprida
Meta 28 – Executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC	72,9%	Em atenção
Meta 29 – Alcançar e manter, até 2025, 70% de satisfação nas pesquisas de clima organizacional	98,3%	Em atenção
Meta 30 – Executar 90% das dotações para despesas discricionárias	90%	Em atenção



## Perspectiva Sociedade

### Garantir o direito à informação

**Meta 2:** Atender 100% dos itens EGov de acessibilidade até 2026.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
4 itens	1 item	25%

Responsável: Júlio César dos Santos da Rosa

### Estreitar a integração e a parceria com a Justiça Federal e outras instituições

**Meta 7:** Realizar, até 2026, dez contratações conjuntas

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
2 contratações	Nenhuma contratação	0%

Responsável: André Ricardo Lapetina Chiaratto





## Perspectiva Processos Internos

### Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF

**Meta 8:** Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
70% de satisfação	Não houve pesquisa	0%

Responsável: Paulo Rosemberg Prata da Fonseca



## Perspectiva Processos Internos

### Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e de fiscalização na JF para assegurar a proteção do uso dos recursos públicos

**Meta 15:** Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
7 vistorias previstas	Nenhuma realizada	0%

Responsável: Fábio Mendonça



## Perspectiva Recursos e Pessoas

### Fortalecer a segurança de informação

**Meta 21:** implantar, até 2026, todos os mecanismos necessários para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações organizacionais no âmbito do CJF

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Institucionalizar 3 normas	Nenhuma norma	0%

Responsável: Renato Solimar Alves

**Meta 23:** promover o aumento do nível de maturidade do processo de gestão de vulnerabilidade

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Nível 1 de maturidade	Não houve mensuração	0%

Responsável: Renato Solimar Alves



1.

## Perspectiva Recursos e Pessoas

### Desenvolver, integrar e valorizar pessoas

**Meta 27:** capacitar, a cada ano, até o ano de referência, 100% dos gestores do CJF com prazo de capacitação no período em questão

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Capacitar 100% dos gestores	32,5%	32,5%

Responsável: Hugo Bittencourt de Oliveira Rozendo



## PROJETOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS (STATUS DEZ/2021)



Percentual médio de execução: 41,55%



## PROJETOS ESTRATÉGICOS LOCAIS (STATUS DEZ/2021)



Percentual médio de execução: 60,44%

**PROJETOS ESTRATÉGICOS LOCAIS EM EXECUÇÃO**


<b>Projeto</b>	<b>Objetivo Estratégico</b>	<b>Área Responsável</b>
<b>Certidão única</b>	Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade	CEGDOC
<b>eSocial</b>	Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF	SGP
<b>Elaboração do Plano de Continuidade do CJF</b>	Promover a melhoria da governança no CJF	SEG
<b>Institucionalização dos normativos de segurança da informação.</b>	Fortalecer a segurança da informação	STI
<b>Plano de Continuidade de Serviços de TI</b>	Fortalecer a segurança da informação	STI
<b>Sistema informatizado de controle interno</b>	Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e de fiscalização na Justiça Federal para assegurar a proteção do uso dos recursos públicos	SAI



### 3. Apresentação dos resultados do PLS

## PRINCIPAIS RESULTADOS

80%  
Metas alcançadas

Indicador	Obras e Reformas	Papel	Impressão	Telefonia fixa	Energia elétrica	Água	Deslocamento de pessoal	Total
<b>2019</b>	123.876,15	10.957,65	215.756,20	10.608,59	1.427.654,39	68.405,48	886.512,66	
<b>2020</b>	253.237,47	1.529,37	210.498,20	6.458,25	1.016.257,98	57.638,75	23.045,35	
<b>2021</b>	1.223.409,73	3.910,93	220.924,29	2.194,02	1.285.736,16	70.573,46	618.057,48	
	<b>1.099.533,58</b> Acréscimo	7.046,72 Redução	<b>5.168,09</b> Acréscimo	8.414,57 Redução	141.918,23 Redução	<b>2.167,98</b> Acréscimo	268.455,18 Redução	<b>681.034,95</b> Acréscimo total





### 3. Apresentação dos resultados do PLS

1	Compras e contratações sustentáveis	Ter pelo menos 40% do número de novos contratos em conformidade com o Manual de sustentabilidade de compras e contratações do Conselho da Justiça Federal	
2	Padronização e catalogação de materiais sustentáveis	Ter 35% de bens duráveis e materiais diferentes catalogados como sustentáveis ou não até 2022	
3	Gestão de materiais	Reduzir o número de itens consumíveis do CJF até 2022. Valor de referência: 152 (valor 2020)	
4	Consumo de papel	Reduzir os gastos com papel A4 em 12,5% em relação a 2019	
5	Volume de impressão	Reduzir o volume de impressão em 12,5% em relação a 2019	
6	Outsourcing de impressão	Manter os custos com o contrato de outsourcing em relação a 2019	
7	Contrato de telefonia	Reduzir o custo total com telefonia em 15% em relação a 2019	
8	Contrato de energia elétrica	Reduzir o consumo em 7,5% em relação a 2019	
9	Contrato de água e esgoto	Contrato de água e esgoto Contrato de água e esgoto	
10	Gestão de resíduos sólidos	Ter um Percentual Coleta Seletiva maior que 10%	



### 3. Apresentação dos resultados do PLS

11	Deslocamento de pessoal	Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF em 7,5% em relação a 2019	
12	Qualidade de vida no trabalho	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde em relação a 2019	
13	Avaliação das ações de QVT	Obter, pelo menos, 70% na avaliação de reação de todas as ações propostas de QVT	
14	Inclusão e equidade	Ter pelo menos 10% da força de trabalho total do CJF participando como voluntário nas ações solidárias promovidas pelo CJF	
15	Capacitação em sustentabilidade e ODS 2030	Ter 35% servidores com ao menos uma capacitação sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030	
16	Comunicação e sustentabilidade	Ter 35% de satisfação do público interno e público externo com as notícias veiculadas pela ASCOM sobre sustentabilidade e aplicação dos 11 temas desenvolvidos pelo PLS	
17	Obras, layout e acessibilidade	Ter obras e reformas que tenham impacto positivo em pelo menos um dos temas a seguir elencados: gestão de água, acessibilidade do edifício, qualidade do ar e conforto térmico	



O projeto **Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Federal**, vinculado ao macrodesafio **Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados**, foi concluído com a entrega dos seguintes produtos:

1. realização de diagnóstico situacional da implantação da LGPD no CJF e nos TRFs;
2. elaboração do plano de proteção de dados no CJF e nos TRFs;
3. implantação da LGPD no CJF; e
4. avaliação de ajustes implementados no CJF.



4.

## Ações para adequação da LGPD

## Quadro de Acompanhamento das Pendências para Implantação da LGPD no CJF

Ação	Responsável	Data da Entrega	Comentários
Realizar análise de riscos dos processos e interagir com a STI para avaliar as demandas necessárias em termos de adequação de sistemas para garantir a proteção dos direitos do titular e implementação dos direitos.	Unidades gestoras de processos de trabalho que tratam dados pessoais		Riscos identificados registrados nos documentos ids: 0299980, 0301204, 0301555, 0303261, 0306362, 0307245,
Informar rol de operadores para complementar inventário de dados	Unidades gestoras de processos de trabalho que tratam dados pessoais		Indicação de Operadores documento id: 0308153. Obs.: em alguns dos quadros onde foram identificados riscos, item acima, também foram indicados operadores.
Inclusão de pop-up com aceite para uso de cookies no portal. STI 01/04/2022	ASCOM	01/04/2022	
Inclusão da Portaria 394 (0245638) no portal da LGPD, tema “Segurança da Informação”	Fortalecer a segurança da informação	Não informado pela unidade	



## 4. Ações para adequação da LGPD

### Quadro de Acompanhamento das Pendências para Implantação da LGPD no CJF

Ação	Responsável	Data da Entrega	Comentários
Que seja produzida e instalada nas dependências do CJF informações gerais sobre os direitos dos titulares que fornecem dados na entrada das dependências do órgão	ASSEP e ASCOM		Proposta de cartazes (0303668, 0303669, 0303670) aguardando aprovação.
Elaborar proposta do Manual da organização, visando adequar as competências das unidades para abarcar as responsabilidades pertinentes à LGPD	SEG	06/05/2022	
Elaborar proposta sobre alteração do papel de encarregado para alguma unidade da estrutura	SEG	04/04/2022	Concluído
Criar fluxo de trabalho para comunicar ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares	SEG e STI	A definir	
Envio de minuta de cartilha para que as unidades do CJF possam sugerir boas práticas a serem inseridas no documento	SG	Realizado. Despacho 0299617	Sugestões à Cartilha documentos ids: 0304567 e 0307239
Iniciar projeto Definição de Política de Governança de Dados	SEG	A definir	Projeto em discussão

Quadro atualizado com as informações prestadas desde a solicitação da SG (0299617) até o documento 0308895. Atualizado em 16.02.22



**Resolução CNJ n. 410 de 23 de agosto de 2021  
(0002484-74.2021.4.90.8000)**

Art. 2o Os órgãos do Poder Judiciário poderão contar com sistemas de integridade, cujos principais objetivos serão a disseminação e a implementação de uma cultura de integridade e a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas.



## 5. Plano de Integridade

<b>Estrutura (CGU, TCU, Anatel)</b>	<b>Correspondente no CJF</b>
<b>Comitê de Gestão Estratégica</b>	CGI – Resolução CJF n. 668, de 09 de novembro de 2020
<b>Comitê de combate ao assédio moral e sexual</b>	Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Assédio Sexual – Portaria CJF n. 172
<b>Comissão permanente de acessibilidade e inclusão</b>	Comissão de Acessibilidade e Inclusão – Portaria CJF n. 524/2021
<b>Comitê Gestor do Portal</b>	Criado pela Portaria CJF n. 266, de 8 de junho de 2021
<b>Comissão do PLS</b>	Dispõe sobre o PLS – Portaria CJF n. 422/2019
<b>Gestão de Riscos</b>	Comitê Permanente de Gestão de Riscos - Criado pela CJF-POR-2019/00007, alterada pela Portaria CJF n. 87, de 26 de fevereiro de 2021



Estrutura (CGU, TCU, Anatel)	Correspondente no CJF
<b>Ética e conduta</b>	<p>Código de conduta do CJF – Resolução n. 147, de 15 de abril de 2011</p> <p>Comitê gestor do código de conduta do CJF – Portaria 10, de 13 de janeiro de 2020</p> <p>I - Membros Titulares: Érico Alessandro Fagundes, Marcio Gomes da Silva, José Celino da Silva Junior e Alzira Lúcia Guedes Fidelis;</p> <p>II - Membros Suplentes: Marcus Aurelius Soares de Araujo, Valeria Prado Arcirio de Oliveira Braga, Renato de Oliveira Paes e Jandovi Alencar de Sá Irmão</p>
<b>Transparência ativa e acesso à informação</b>	<p>Página da transparência no Portal - <a href="#">Transparência Pública — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</a></p>
<b>Tratamento de representações e denúncias</b>	<p>Fale com a Corregedoria-Geral - <a href="#">Fale Conosco — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</a></p> <p>Ouvidoria - <a href="#">Ouvidoria — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</a></p>
<b>Verificação do funcionamento dos controles internos</b>	<p>SAI</p>





## 5. Plano de Integridade

<b>Estrutura</b> <b>(CGU, TCU, Anatel)</b>	<b>Correspondente no CJF</b>
<b>Implantação dos procedimentos de responsabilização</b>	Lei nº 8112 de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9784 de 29 de janeiro de 1999.
<b>Unidade gestora de integridade</b>	SG
<b>Tratamento dos conflitos de interesse e nepotismo</b>	Resolução 147/2011:  Art. 6º Gestores ou servidores não poderão participar de atos ou circunstâncias que se contraponham, conforme o caso, aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus ou que lhes possam causar danos ou prejuízos.  Art. 7º Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.



## Plano de ação



Ação	Responsável
Regulamentar Programa de Integridade	SEG/ASCOM/SAI/SGP
Elaborar Estratégia de Comunicação de Integridade	ASCOM
Promover e disponibilizar eventos de Capacitação aos Servidores e aos membros da Alta Administração sobre temas relacionados à Integridade	SGP
Incluir cláusula contendo a previsão do contratado seguir posturas alinhadas às iniciativas de integridade nos futuros contratos de prestação de serviços com terceiros/fornecedores	ASJUR/SAD
Rever a indicação dos membros da Comissão de Ética e rever e divulgar o Código de Ética	Comitê gestor
Regulamentar o tratamento dos conflitos de interesse e nepotismo e sua responsabilização	A definir



## 6. Prêmio de Sustentabilidade da Justiça Federal



### **Práticas individualmente ou em grupo, nas seguintes categorias:**

- I - contratações sustentáveis;
- II - gestão de materiais e resíduos sólidos;
- III- gestão de obras sustentáveis;
- IV - capacitação em sustentabilidade;
- V - comunicação e sustentabilidade.

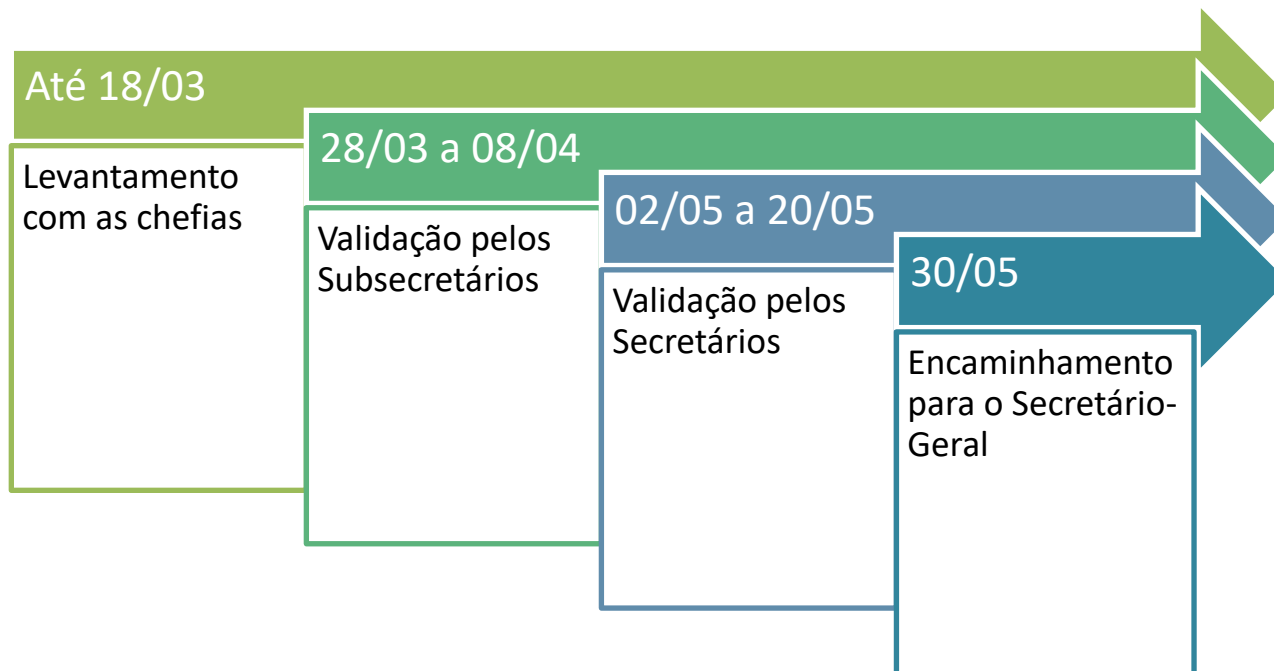
O prêmio será concedido a ações sustentáveis inovadoras, criativas e de resultado comprovado das áreas finalística e administrativa das unidades da Justiça Federal.

Dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para a aprendizagem e a replicação em favor dos impactos positivos das decisões e das atividades para a sociedade e para o meio ambiente, bem como contribuir para uma Justiça Federal mais moderna e sustentável.



## 7. Levantamento de ocupações críticas

### Trabalho realizado conforme projeto estratégico (0003473-75.2021.90.8000)





## 8. Governança Institucional

### Relatório Individualizado dos resultados específicos do CJF

Proc SEI nº 0001310-11.2021.4.90.8000

Acórdão n. 2164/2021-TCU-Plenário

Indicador	Valor 2018	Valor 2021
<b>IGG</b> - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	55%	40,7%
<b>IGovPub</b> - Índice de Governança Pública	53%	44,1%
<b>IGovPessoas</b> - Índice de Governança e Gestão de Pessoas	39%	43,3%
<b>IGestPessoas</b> - Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas	28%	35,2%
<b>IGovTI</b> - Índice de Governança em Gestão de TI	70%	57,1%
<b>IGestTI</b> - Índice de Capacidade em Gestão de TI	81%	56,6%
<b>IGovContrat</b> - Índice de Governança e Gestão de Contratações	71%	37,0%
<b>IGovContrat</b> - Índice de Capacidade em Gestão de Contratações	59%	50,4%
<b>IGovOrcament</b> - Índice de Governança e Gestão Orçamentária	-	12,5%
<b>IGestOrcament</b> - Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária	-	4,4%

Aprimorado = 70 a 100%;  
Intermediário= 40% a 69%;  
Inicial= 15 a 39,9%  
Inexpressivo= 0 a 14%



Próxima etapa:

Encaminhamento da lista de práticas pendentes para análise das unidades